

Brasil não discutirá juro com credor

Joá Vida Externa

8 JUL 1984

Quando representantes do governo brasileiro voltarem à mesa de negociações com banqueiros, em fins de setembro, para formalizar o pedido de refinanciamento da dívida a vencer em 1985, a questão dos juros não será tocada. Na prática, quem fixa taxas de juros é o governo dos Estados Unidos, através de sua política monetária e fiscal, não os bancos.

O que pode-se fazer, segundo José Botafogo Gonçalves, assessor da Área Externa da Seplan, é o Brasil pedir prazos de carência maiores, a redução dos spreads (o diferencial entre a libor e a prime rate e os juros embutidos nos empréstimos ao País) e das comissões. Quanto ao resto, não há novidade alguma, pois os bancos, levando-se em consideração as regras do mercado de capitais, nada podem fazer além da boa vontade em conceder novos empréstimos para saldar os juros ou fornecer dinheiro novo.

Dois anos depois

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, anunciou oficialmente quinta-feira a vinda de uma nova missão do FMI a Brasília na primeira quinzena de agosto. A missão, como sempre, será chefiada pela chefe da Divisão Atlântica da instituição, Ana Maria Jul. Prevê-se que as conversações serão difíceis, tendo em vista que o País não conseguiu cumprir as metas acertadas na sexta carta de intenções para os tetos de déficit público e expansão da base monetária e dos meios de pagamentos.

O trunfo que o governo exibirá ao Fundo, entretanto, será o inédito desempenho da balança comercial, que no primeiro trimestre apresentou um superávit (diferença entre importações e exportações) de US\$ 6.026 bilhões, quase a marca conseguida durante o ano de 1983 todo, de US\$ 6,5 bilhões. Affonso Pastore, inclusive, desmentiu notícias segundo as quais o governo brasileiro será forçado a redigir uma nova carta pedindo perdão ao FMI pelo não cumprimento integral dos compromissos assumidos.

Em setembro próximo completa três anos a partir do momento em que o Brasil iniciou contatos com o FMI com a finalidade de obter crédito "stand by" de US\$ 4,5 bilhões e aval junto aos bancos para o refinanciamento de sua dívida externa. O aval foi dado no início de 1983, após longas negociações, ao final das quais o governo brasileiro assinou a primeira carta, prometendo colocar em prática rígidas políticas de estabilização econômica.

O próprio presidente do Banco Central afirmou que a orientação no sentido de forçar a redução dos juros, a partir da prime rate (taxa básica vigente nos EUA) deve ser dada pelos governos norte-americanos. Os governos europeus vêm há muito tempo, desde o tempo do general De Gaulle, pressionando os EUA no sentido de forçar a estabilidade do dólar e reduzir seus juros, evitando a fuga de capitais europeus em direção a Nova Iorque. Com a prime chegando aos 13 por cento, a libor (taxa básica vigente em Londres) se aproxima deste piso, exatamente na tentativa de segurar na Europa parte da poupança internacional.

E, isso, naturalmente, prejudica os países devedores, inclusive o Brasil, que no período de um ano perderá US\$ 1,2 bilhão em função da elevação dos juros internacionais. E a partir desta análise que entra em cena a negociação governo a governo (de países devedores com os de países credores). A negociação inclusive já se iniciou, mesmo não declarada.

A negociação começou, de fato, a partir de uma carta que o presidente Ronald Reagan encaminhou ao presidente Figueiredo, e este, na sua resposta, defendeu a urgente necessidade de devedores e credores buscarem uma solução para o grave problema do endividamento externo.